

----- ATA DA REUNIÃO EXTAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2014 -----

----- ATA NÚMERO VINTE E UM/DOIS MIL E CATORZE -----

----- Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinária e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas, estando presentes os Senhores Vereadores Doutora Eduarda Maria Ribeiro de Matos Godinho, Doutor Marcos de Sá Rodrigues, Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Engenheiro António Ricardo Henriques da Costa Barros, Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Engenheiro Daniel dos Reis Branco, Doutora Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Ricardo Lino Carvalho Rodrigues em substituição do Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz e ainda presente embora entrado no decurso da reunião o Senhor Vice-Presidente Carlos Alberto Ferreira Morgado. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dez horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes. -----

2 - PROPOSTA Nº 738/14 - DVM - Pº. 810/DCP/14 - CONVITE A MAIS DO QUE UMA ENTIDADE PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, POR DIVISÃO EM LOTES, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO, AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO DA ESPAP, I.P. - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** no sentido da ratificação dos atos praticados pelo signatário referentes à aprovação da retificação do preço contratual, bem como da adenda ao contrato, nos termos da informação número setecentos e cinquenta e nove, de dois mil e catorze, da DCP. -----

-----Conforme dispõe o artigo trigésimo quinto, do número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”. -----

3 - PROPOSTA Nº 737/14 - DAGF - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GOP E ORÇAMENTO

PARA 2015: -----

-----I - Relativamente às GOP a **doutora Maria Emilia Xavier** começou por dizer que a elaboração daquele documento tinha sido objeto de uma nova equipa, para além da que já era habitual da DGF. -----

-----Referiu que o orçamento para dois mil e quinze era de cento e vinte e um milhões quinhentos e um mil cento e oitenta e quatro euros e que apresentava um decréscimo em relação ao ano anterior de cerca de seis milhões de euros, quatro vírgula quarenta e cinco por cento, mas poderia ter sido maior, se por obrigatoriedade a Câmara não tivesse que abarcar no seu orçamento, a parte referente à harmonização emanada da ERSAR da parte do tratamento de resíduos hídricos, estando ali cinco milhões e meio de euros. Da parte da Simtejo um milhão e duzentos mil e da parte da Sanest quatro milhões e trezentos mil euros, sendo que também existia a contrapartida da parte da receita, mas isso iria empolar o orçamento. -----

-----Uma outra obrigatoriedade decorrente da Lei número setenta e três, era o FAM - Fundo de Apoio Municipal, que veio substituir a Lei das Finanças Locais, que também constava no orçamento e que eram cerca de oitocentos mil euros. -----

-----Referiu que se podia ter um orçamento de cento e quinze milhões de euros se não fosse aquela situação e, por isso, teve um decréscimo de nove por cento, sendo que, no que se referia ao ano de dois mil e dez, que o orçamento foi na ordem dos cento e noventa milhões, cortou-se setenta e dois vírgula um milhões de euros, ou seja, decresceu-se trinta e sete por cento.

----- Acrescentou ainda, que existiam alguns constrangimentos, não só ao nível da receita, como também ao nível da despesa, mas, para si, existiam duas vertentes, uma de ordem financeira face à atual conjuntura económico-financeira e outra de origem legal, porque um por cento do IMI ia para as Juntas de Freguesia e ao nível do FEF e do Fundo Social Municipal desde dois mil e doze passou-se a ter zero. -----

----- Quanto ao IRS e de acordo com as notícias, iria ser o mesmo valor do ano passado, ou seja, dezasseis milhões, não havia aumento, e no que tocava à parte de investimento, decorrente também da própria lei, tiveram que se tirar vinte e dois milhões de euros. -----

----- Para além dessas situações, existiam outras, como seja, a LCPA que já vinha desde dois mil e doze, lei essa, que quando saiu não teve em conta a sazonalidade das receitas municipais, o que por vezes criava alguns constrangimentos, mas felizmente vinha sendo cumprido, bem como, a necessidade de se cumprir o limite dos oitenta e cinco por cento de cobrança de receita anual, para que não houvesse penalizações. -----

----- Uma outra situação que iria acontecer, é que o IMT a partir de dois mil e dezoito iria deixar de ser uma receita municipal, porque seria cortado em um terço a partir de dois mil e dezasseis, dois terços a partir de dois mil e dezassete até acabar. -----

----- No que tocava às outras receitas que estavam a subir elas diziam respeito à contrapartida da despesa na Simtejo e na Sanest que eram mais de cinco milhões de euros. -----

----- Os financiamentos do Centro de Saúde de Carnaxide através da assinatura do protocolo com a Administração Regional de Saúde e a outra parte eram decorrentes do cálculo da média dos impostos. -----

----- Podia-se ainda verificar que a despesa de capital estava a descer. No ano passado estava lá vinte e dois vírgula quatro milhões euros e no ano em curso estava um milhão e meio de euros, foi totalmente retirada, não sendo excipiente frisar que o Município tinha condições para alienar património, face àquilo que foi adquirindo também para o seu património, daí que por

prudência e cumprindo a lei, aquele era o melhor cenário. -----

-----Em relação à despesa corrente ela cresceu na ordem dos dezasseis milhões, ou seja, quinze vírgula quarenta e três por cento e na despesa nove por cento e como já referiu anteriormente o que estava a influenciar, eram os cinco milhões e meio da parte dos resíduos dos SIMAS, os três milhões de distribuição de lucros, um milhão duzentos e quarenta e um mil da Administração Regional de Saúde, que segundo julgava virá de acordo com o protocolo, etc.. ----

-----Na despesa só existiam nove milhões, ou seja, uma percentagem de doze vírgula um respeitante a um milhão da ARS, sendo que, a contrapartida da receita para a despesa era de igual montante, onde também estavam os três milhões e meio da APL, situação que gostaria que fosse resolvida durante o ano em curso. -----

-----A **Senhora Vereadora Madalena Castro** perguntou o porquê de haver um desequilíbrio entre a receita e a despesa, relativo ao pagamento do tratamento de águas residuais, isto é, se se estava a pagar menos pelo tratamento dos esgotos, do que aquilo que a Câmara pagava às entidades gestoras, retorquindo a **doutora Maria Emilia Xavier** que, provavelmente, estavam, mas que essa era uma matéria recente e que não tinha esse histórico, por isso, pela prudência seria melhor manter os mesmos valores do ano passado e foi isso que foi feito, questionando a **Senhora Vereadora Madalena Castro** se havia desequilíbrio, volvendo a **doutora Maria Emilia Xavier** que não sabia, sendo certo que contemplou na receita o mesmo que tinha na despesa, o que poderia acontecer é que na parte referente à Sanest essa situação viesse a ocorrer. -----

-----De modo a esclarecer a questão o **doutor Luís Lopes** referiu que em relação aos valores da Sanest/Simtejo, a Sanest era praticamente todo o Concelho e a Simtejo era a área de Algés. -----

-----Em termos globais a Sanest cobrava perto de quatro milhões de euros e tinha a proposta para o ano corrente no valor de três milhões seiscentos e oitenta mais IVA e mais a

TRH e, que, posteriormente, era feita a repercussão no cliente de seis em seis meses.-----

----- Observou que a Simtejo andava à volta de um milhão de euros, mais o IVA e a TRH, que andaria à volta dos seis milhões de euros, sendo esse valor repercutido ao cliente, perguntando o **Senhor Presidente** qual era a previsão para o próximo ano, dizendo o **doutor Luís Lopes** que eram aqueles valores.-----

----- Acrescentou ainda, que a Simtejo e a Sanest mandavam um determinado valor global, embora a Simtejo se atrasasse sempre um pouco, de maneira que aquele valor era o que estava a ser pago de momento e mensalmente, ainda não tinha a previsão para o ano, mas estava em crer que seria mais ou menos.-----

----- Eles mandavam o valor global, iam controlando a nível operacional os metros cúbicos e a fatura mantinha sempre o mesmo valor.-----

----- O **Senhor Presidente** argumentou que a Sanest não tinha rigorosamente nada que ver com a Simtejo, até porque na sua opinião, a taxa era paga duas vezes, uma quando se comprava a água em alta para consumo e depois se vendia e a outra quando se entregava a água residual ao sistema. -----

----- Voltando às GOP a **doutora Maria Emilia Xavier** passou ao mapa da receita municipal descrito com despesas correntes e de capital - o orçamento para dois mil e quinze com os cento e vinte e um milhões de euros, o acréscimo com despesas correntes e de capital, podendo ver-se que o orçamento relativo ao ano de dois mil e catorze, decresceu cerca de seis milhões de euros e o realizado até agosto, sendo que, de momento, a percentagem de realização já era superior à que constava do mapa. -----

----- Passou à parte de repartição de receita, onde se conseguia ver que os impostos diretos eram aqueles que maior peso tinham na receita total, com sessenta e dois por cento. -----

----- Os indiretos, eram as taxas, as multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, transferência correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas

correntes. -- -----

-----Na parte de receita de capital, onde constava a venda de bens de investimento, as transferências de capital, os passivos financeiros e os ativos financeiros e era nos ativos financeiros que estava o FAM, bem como os passivos que diziam respeito aos empréstimos e às restantes receitas de capital. -----

-----Passou à distribuição da despesa municipal, em que cerca de setenta e seis milhões de euros eram respeitantes à despesa das GOP, os restantes trinta e cinco milhões eram extra plano, sendo ali que estava o pessoal e algumas aquisições de bens e serviços. -----

-----Os vinte e dois por cento também respeitantes ao mapa, com o valor de vinte e sete milhões como despesa nova, poderia não ser toda nova, porque os serviços ao fazerem as GOP faziam-no com duas colunas, a das “necessidades” e aquilo que era “novo” e por lapso muitos serviços preencheram tudo na mesma coluna, porque era impossível constar naquela coluna os vinte e sete milhões, até porque no orçamento do ano passado constava eram cinco milhões, daí que, o grosso era dar continuidade às obras que estavam em curso. -----

-----Passou às componentes da despesa municipal, com a dotação corrigida para dois mil e quinze e em percentagem. -----

-----Na dotação, havia um orçamento inicial de cento e vinte e sete milhões e que estava corrigido porque houve uma revisão orçamental, passando para cento e trinta e oito, mais onze milhões, aproveitando-se o saldo de gerência para colmatar algumas situações que eram necessárias. -----

-----Despesa corrente - constando aí as despesas com pessoal em trinta e oito por cento, como seja, a aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos, subsídios e outras despesas correntes. -----

-----Despesa corrente por função - onde as funções sociais foram objeto de destaque, nomeadamente na ação social, em que os dois milhões tinham que ver com uma pequena parte

dos centros geriátricos. Na parte indemnizatória o FES e outras despesas, com subsídios, no ordenamento do território, um milhão seiscentos e quarenta e seis mil euros, na proteção e meio ambiente conservação da natureza, dois milhões e novecentos mil, para os espaços verdes, nos resíduos sólidos, onde estava incluída a AMTRES com uma fatia gorda. Nas funções da administração geral, dezoito milhões, pesando ali todo o funcionamento municipal que era transversal a todas essas áreas, nomeadamente, iluminação de edifícios, segurança, etc.. -----

----- Na proteção civil e luta contra incêndios, estavam incluídos o subsídio mensal aos bombeiros e mais outros para a Polícia Municipal, como correntes. -----

----- Nas funções económicas, designadamente na energia, constava a iluminação pública. Nas outras funções económicas, um milhão trezentos e cinquenta e seis, para a hipótese de se ter que transferir resultados negativos para as empresas.-----

----- Despesas de capital - As funções sociais continuavam a ter destaque. -----

----- Na ação social, constava a parte de capital dos centros geriátricos. -----

----- A parte do ensino não superior onde também estava a parte da “Oeiras Primus”. -----

----- No ordenamento do território, também era respeitante ao contrato com a Município e a VLN na parte da expropriação. -----

----- Nos resíduos sólidos e no saneamento, os investimentos na área da RSU. -----

----- Saneamento, respeitante à VLN.-----

----- Administração Geral, onde constavam os acordos de continuidade com a informática, as instalações da DMOA e algumas viaturas de resíduos. -----

----- Polícia Municipal, referente à resolução do edifício da Polícia Municipal, constando aí cem mil euros, continuando aquela fatia que era preciso que fosse resolvida, não a podia tirar do orçamento.-----

----- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, continha o orçamento participativo, viaturas e equipamentos diversos.-----

-----Transportes Rodoviários, rúbrica onde irá sair a sinalética e os arruamentos do Concelho. -----

----- Nas outras funções, transferências entre administrações, era respeitante à delegação de competências das juntas de freguesia, uma parte de despesa de capital, porque havia outra que saía em despesa corrente. -----

----- Passou ao mapa referente à despesa municipal por orgânica, com capital, corrente e total, onde se podia constatar o peso que cada uma delas exercia no orçamento municipal, sendo de destacar o DAGF, que era a sua unidade orgânica, com cinquenta e um por cento, dizendo que não era usurpadora, porque era a junção de duas direções municipais, constando a parte da Simtejo e da Sanest, em que essa despesa iria sair pelo património, sendo que ela terá que ficar na parte dos resíduos, depois irá colocá-la no sítio certo.-----

----- Salientou que o orçamento nos termos do artigo quadragésimo, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, era obrigatório cumprir o equilíbrio, afirmado que o irá cumprir.-----

----- O peso da receita era superior ao peso da despesa para garantir essa situação, contudo, essa situação ao longo de todo o ano económico, teria que ser verificada, por ser extraorçamental, tendo sempre em atenção que foram feitas revisões orçamentais, ou alterações, porque não queria ultrapassar. Pretendia cumprir a execução da receita total, que, de momento, já rondava os setenta e cinco por cento, não estando ali refletida a receita que iria entrar durante aquele dia e que seriam mais dois milhões e setecentos mil euros, acrescentando que se não se cumprir dois anos consecutivos, o reporte seria feito à Senhora Ministra das Finanças e ao Banco de Portugal, informando também que de momento, a despesa corrente já ultrapassou os oitenta e oito por cento, mas o total da receita era de setenta e cinco. Ainda estava para entrar uma receita no valor de dois milhões e setecentos mil euros, mais o IMI e IRS, sendo certo que a Câmara fez uma antecipação para acabar com o processo da Pro-Agricultura, em que o Senhor Presidente

dirigiu uma carta à Senhora Ministra, à Senhora Secretária de Estado do Tesouro e ao Tesouro, no sentido de a Câmara se antecipar no pagamento de cerca de setecentos mil euros e, dessa forma, acabava-se com o processo da Pro-Agricultura que seria tirado em janeiro, retirando-o no próximo orçamento, lembrando ainda que há dois ou três anos a Câmara Municipal contribuiu para o deficit do País em sete vírgula cinco milhões de euros. -----

----- A terminar, referiu que se cumpriu o quadro plurianual de programação orçamental, o orçamento e as GOP PPI anual, ou seja, a anualidade e plurianualidade que era obrigatória, a receita atualmente também era plurianual, única e universal. -----

----- Em anexo ao orçamento nos termos do artigo quadragésimo segundo, constavam os SIMAS e todas as empresas municipais, com o mapa de pessoal, o mapa das empresas municipais com o NIF, o nome da empresa e a percentagem que o Município tinha em cada uma delas e ainda o Regulamento Orçamental para estabelecer regras para se funcionar com o Orçamento, ou seja, cumpriu-se aquilo que estava proposto na lei. -----

----- De seguida a **doutora Rosa Lopes** apresentou as despesas com pessoal planeadas para o próximo ano, dizendo que o Executivo poderia questionar o porquê da apresentação todos os anos dessa componente do orçamento. Antes mais, porque representava uma componente expressiva do orçamento da despesa, sendo vinte e oito por cento do total do orçamento da despesa e também por ser uma parte sensível do ponto de vista daquilo que era a política de intervenção do Município. -----

----- Referiu que a apresentação que se seguia, tinha características um pouco distintas dos diapositivos que foram apresentados anteriormente, ou seja, não eram apresentados números propriamente ditos, mas os números e os indicadores que estavam por detrás dos mesmos. Os dados de caracterização do efetivo e indicadores de atividade que levava ao pagamento desses números para o próximo ano. -----

----- Um outro dado era o orçamento que foi preparado sem conhecimento profundo

daquilo que seria a proposta do Orçamento de Estado para o próximo ano, da qual só ontem é que teve acesso. Daí ter sido preparado dentro daquilo que teve conhecimento através da comunicação social, sendo certo que não havia grandes desvios, a não ser num ponto muito concreto, que era o ponto do recrutamento, que na proposta de Orçamento de Estado era uma boa surpresa, em princípio. -----

-----Passando à apresentação propriamente dita começou por se basear nos dados demográficos, observando, que de momento, existiam mil setecentos e vinte e três trabalhadores e também não era surpresa para ninguém, que cerca de noventa e nove vírgula nove por cento dos trabalhadores do Município tinha regime de vinculação de contratos de trabalho por tempo indeterminado, aparecia apenas um trabalhador com regime de vinculação de contrato por tempo determinado, era um trabalhador da Ação Educativa que substituía outros quando se encontravam de baixa médica, gravidez, etc.. -----

-----O número de trabalhadores do Município por mil habitantes era de dez ponto três e a média nacional era de dezassete ponto cinco, do ponto de vista da comparação relativa eram poucos. -----

-----Um outro dado importante, era o número de trabalhadores e a sua evolução, evolução essa exclusiva da força de trabalho, referindo que se evoluiu de dois mil e doze para dois mil e treze, com um decréscimo de um ponto oitenta e três por cento de trabalhadores e de dois mil e treze para dois mil e catorze com um decréscimo de dois ponto setenta e seis por cento de trabalhadores, isto exclusivamente no que respeita à força de trabalho do Município de Oeiras. --

-----Plano de redução de efetivos - Aquilo a que se estava obrigado do ponto de vista da lei, ou seja, a redução dos dois por cento ao ano, do ponto de vista do universo contabilizava não só os trabalhadores da Câmara Municipal e dos serviços que lhe estavam dependentes, mas duzentos municipais, no âmbito dos quais a Câmara Municipal tinha participação dominante. ----

-----No plano de redução de efetivos em dois mil e doze, o dado era de dois ponto oito

por cento e era efetuado em aposentações e renúncias, a Câmara não fazia outro tipo de redução.

----- Em dois mil e doze, os dois ponto setenta e oito foi referente ao último relatório que foi apresentado à DGAL, porque nessa altura o relatório que se apresentava, era no final do terceiro trimestre de cada ano e em setembro quando foi entregue o último relatório havia uma taxa de dois ponto setenta e oito, mas já se perspetivava que até ao final do ano talvez se conseguisse fazer algum decréscimo, tendo orientações superiores para reportar vinte trabalhadores com contratos celebrados a vinte e nove de dezembro, para que se conseguisse reduzir essa taxa, não interessando reduzir mais do que aquilo que se era obrigado por lei e essa era uma gestão que vinha sendo feita o mais cuidadosa possível. -----

----- Em dois mil e treze, não se chegou lá, esteve-se muito próximo com um ponto noventa por cento, não tendo até ao momento “feedback” do ponto de vista daquilo que era a aplicação da forma, mas ela constava da lei. -----

----- Em dois mil e catorze, havia uma taxa de dois ponto cinquenta e oito por cento, perspetivando-se que até ao final do ano se pudesse estar a recrutar trabalhadores, sendo certo que existiam reservas de recrutamento válidas, exatamente para que se pudesse gerir muito bem esse plano de redução de efetivos, para áreas das mais sensíveis do Município, como sejam cantoneiros, jardineiros, auxiliares da ação educativa, serviços gerais, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais. -----

----- Passando aos dados demográficos, a unidade orgânica com mais trabalhadores era o Departamento de Ambiente e Equipamento com seiscentos e noventa e oito. -----

----- Do ponto de vista da variação do decréscimo de trabalhadores ao longo dos últimos dois anos, o decréscimo mais significativo que se registava era na carreira de assistentes operacionais, com menos trinta e dois trabalhadores, provavelmente também seria daqui que seguiriam as diretrizes do Executivo, para depois o preenchimento de postos de trabalho em termos futuros, porque seriam as áreas eventualmente mais carenciadas. -----

-----Evolução do orçamento pessoal - Partiu-se em dois mil e treze com um orçamento de trinta e três milhões novecentos e cinquenta e cinco mil para dois mil e quinze com um orçamento de trinta e quatro milhões quinhentos e seis mil, querendo com isto dizer que havia uma taxa de execução do orçamento pessoal/anual que se situava muito próximo dos cem por cento, mais concretamente noventa e nove ponto nove por cento. -----

-----O crescimento do orçamento de pessoal do ano dois mil e catorze para dois mil e quinze era de dois ponto cinco por cento, ou seja, oitocentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e um, que de alguma forma irá ser importante, para depois ser feita uma conjugação com aquilo que era o conteúdo do diapositivo que irá apresentar no final da apresentação, isto é, irá haver uma evolução no orçamento em termos de despesas com pessoal nesse valor. -----

-----Apresentou de seguida um “slide” genérico relativo à variação/justificação, sendo depois desagregadas as principais justificações para a variação, para o acréscimo do orçamento de pessoal como sejam: -----

----- O aumento da remuneração mínima mensal garantida para os quinhentos e cinco euros, sendo que uma grande maioria dos trabalhadores pertenciam à classe dos assistentes operacionais, onde existia um índice de operacionalidade de cinquenta por cento.-----

-----A reposição de vinte por cento do valor correspondente à redução remuneratória a que se estava sujeito já no início do próximo ano e nos anos subsequentes.-----

-----A atribuição de prémios de desempenho a cinco por cento dos trabalhadores.-----

-----Estágios profissionais num total de dez. -----

-----Novos recrutamentos num total de dezoito, isto porque tinha uma indicação expressa da necessidade de recrutamento de oito condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, que muito provavelmente se irá conseguir recuperar até ao final do ano em curso e dez que foram colocados como novos recrutamentos, para dar satisfação a necessidades que, normalmente, surgiam na área da educação. -----

----- Aumento do limite das horas de trabalho extraordinário de cem para cento e cinquenta para todos os trabalhadores, no âmbito da nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. -----

----- Quanto ao trabalho extraordinário ele foi objeto de um decréscimo ao longo dos anos de dois mil e nove até dois mil e doze, sendo certo que também houve de dois mil e treze para dois mil e catorze, por ter havido um corte de cinquenta por cento daquilo que eram as taxas aplicadas para o pagamento de trabalho extraordinário, consoante os dias em que o mesmo fosse realizado. -----

----- De dois mil e catorze para dois mil e quinze, com um acréscimo de quarenta e nove mil e quinhentos euros, cerca de dezassete por cento. -----

----- Passou aos Indicadores de Atividade/Encargos - Nas áreas de responsabilidade social do Município e prestações sociais, com um indicador interessante de início, que tinha muito que ver com o recrutamento e que levará em muito à reflexão por parte dos presentes. -----

----- Em primeiro lugar, passou-se a recorrer aos programas de inclusão, os chamados “Cem Mais”, sendo da responsabilidade do Município a integração dessas pessoas de acordo com protocolos, que se celebravam com diversas instituições, observando que se recorreu a esses contratos na perspetiva de integrar desempregados e dar-lhes uma oportunidade de durante um ano estarem integrados no meio laboral, em que por norma setenta por cento estava afeto a áreas do ambiente e higiene urbana, os restantes espalhados pelas diversas unidades orgânicas do Município. -----

----- O **Senhor Vereador Marcos Sá** referiu-se à proposta que fez há um ano atrás, respondendo a **doutora Rosa Lopes** que era de seiscentos mil euros para cento e cinquenta e nove trabalhadores, volvendo o **doutor Marcos Sá** que os seiscentos mil euros que constavam do orçamento era muito inferior ao que pretendiam e que em dois mil e catorze se estimava em cento e dezassete trabalhadores e em dois mil treze estiveram cento e trinta e quatro, o que era

uma diferença significativa, pelo que gostaria de saber qual era essa diferença, explicando a **doutora Rosa Lopes** que as candidaturas eram sempre feitas no final do ano e daquilo que era a perspetiva da integração para o próximo ano, ela seria o mais bem-sucedida possível, até porque era muito insistente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, relativamente à aprovação das candidaturas.-----

-----O valor que estava previsto para os cento e nove trabalhadores, perspetivava a integração dos mesmos e o pagamento dos respetivos vencimentos durante dez meses do ano, sendo que a integração era em Março.-----

-----O que infelizmente acontecia muitas vezes, era que não havia a aprovação das candidaturas que tinham sido instruídas, mas, no caso de todas elas terem sido aprovadas, havia contratados que a meio do programa de contrato, deixavam de colaborar com a Câmara, porque felizmente arranjavam emprego e tudo isso tinha condicionantes que acabavam por, em primeiro lugar, decrescer o número de trabalhadores que estavam no exercício de funções no Município, face àquilo que estava previsto e decrescendo também o valor concreto em termos de execução, inquirindo o **Senhor Vereador Marcos Sá** qual a razão dos cento e trinta mil euros a mais em dois mil e catorze, quando houve menos pessoas, esclarecendo a **doutora Rosa Lopes** que a sessenta trabalhadores nos últimos dois meses do ano de dois mil e treze, devido ao Natal, foram feitos contratos para a área da limpeza urbana, o que representava um acréscimo significativo, sugerindo o **Senhor Vereador Marcos Sá** que também fosse colocado o número de meses, porque desse modo, dava para comparar com os anos transatos, sugestão com a qual a **doutora Rosa Lopes** concordou.-----

-----Prosseguindo, passou às prestações sociais - ao que se estava obrigado e ao que se fazia na totalidade.-----

-----As prestações legais diziam respeito a abonos de família, subsídios mensais vitalícios e de funerais, cujo valor total importava em cento e vinte e sete mil e quatrocentos euros. -----

----- Prestações sociais facultativas, com uma redução também similar, no entanto, com o valor de trezentos e vinte e dois mil e seiscentos euros, ou seja, nas facultativas o Município de Oeiras, do ponto de vista das prestações sociais, optou por atribuir aos seus trabalhadores três vezes mais do que aquilo a que estava obrigado, Os subsídios atribuídos ao CCD, controlados pela Divisão de Recursos Humanos do ponto de vista daquilo que era a análise das candidaturas; os subsídios sociais para trabalhadores inativos e aposentados que se encontravam em situação de carência económica; subsídios educacionais e os presentes de Natal que eram atribuídos aos trabalhadores e outros apoios como seja o complemento de medicação e o Fundo de Emergência Social, que se começou a atribuir em dois mil e treze e que, entretanto, tem vindo a crescer substancialmente. Presentemente já existiam dezanove casos, considerando que ainda assim eram poucos e o tipo de dificuldades que lhe chegavam da parte dos trabalhadores, eram inerentes a despesas correntes, como seja eletricidade, rendas de casa, ATL's dos filhos, etc..-----

----- O Fundo de Emergência Social começou este ano com uma dotação de nove mil euros e foi reforçado para doze mil euros e os casos que iam surgindo eram mesmo para prestar apoio.-----

----- Passou aos indicadores de atividades/encargos relevantes e com uma relevância expressiva do ponto de vista da despesa no orçamento de pessoal e também nas Grandes Opções do Plano a atividade praticada ao nível do Núcleo de Saúde e Higiene e Segurança no Trabalho, vulgarmente conhecido por Gabinete Médico, chamando a atenção de que nesta atividade, em termos gerais, a Câmara estava obrigada, do ponto de vista daquilo que era a saúde e os cuidados de saúde a prestar aos trabalhadores, havia a medicina no trabalho, consultas médicas e a rede de apoio ao trabalhador acidentado.-----

----- Todos os restantes indicadores de atividade que se encontravam no mapa, designadamente as consultas de medicina geral, conhecida como medicina preventiva, que foi projetada até ao final do ano duas mil quinhentas e quarenta e quatro, sendo esta consulta a que

apresentava um maior volume de trabalho por parte do gabinete, mas era uma opção da parte da Câmara e do Executivo prestar aquele tipo de cuidados aos seus trabalhadores, o que poderia não acontecer, não conhecendo outro município que tivesse feito esta opção. -----

-----Quanto aos restantes indicadores deixava-os para uma análise futura por parte de todo o Executivo. -----

-----Relativamente ao apoio ao trabalhador acidentado, essa era uma obrigação legal e também iria dar a conhecer dados que lhe pareciam interessantes, para que se tivesse a noção das repercussões que os mesmos tinham no orçamento e também daquilo que tinha sido a atividade da Câmara e de alguma forma o que se tinha feito para controlar o número de acidentes de trabalho ao longo do tempo e daquilo que se irá continuar a fazer que, naturalmente, tinha uma implicação muito grave ao nível das despesas com pessoal. -----

-----O número total das despesas de trabalho de dois mil e doze para dois mil e treze cresceu de cento e cinquenta e três para cento e noventa, estando a decrescer de dois mil e treze para dois mil e catorze para cento e dezoito.-----

-----O número de acidentes de trabalho com baixa cresceu de dois mil e doze para dois mil e treze de cento e vinte e um para cento e cinquenta e um e de dois mil e treze para dois mil e catorze conseguiu-se decrescer para noventa e um, ainda assim prestando todos os cuidados aos trabalhadores.-----

-----O total de dias de trabalho perdidos no âmbito dos acidentes de trabalho cresceu vertiginosamente para o dobro de dois mil e doze para dois mil e treze, decrescendo em dois mil e catorze para seis mil, ainda não estava como gostaria, mas dever-se-ia melhorar.-----

-----Quanto a encargos com a saúde ao nível daquilo que eram os pagamentos que se faziam no âmbito da ADSE, a perspetiva era que para o ano se pagasse cerca de um milhão e setecentos mil euros de encargos com a saúde dos trabalhadores.-----

-----A ADSE pagava os medicamentos aos trabalhadores, os restantes encargos com a

saúde, quando o trabalhador se apresentava em instituições de saúde com o cartão da ADSE, era suportado pelo Município através de faturas apresentadas pela ADSE ao Município de Oeiras, num valor a ser perspetivado para o próximo ano de um milhão e setecentos mil euros. -----

----- Na medicina preventiva, mantinha-se um Centro de Saúde ativo no Município de Oeiras para todos os trabalhadores, do ponto de vista de recursos humanos, ou seja, médicos e consumíveis, valor por ano - sessenta e um mil euros. -----

----- Medicina do trabalho, referiu que havia o contrato com uma empresa que prestava cuidados nessa área, consumíveis e prestações de serviço paralelas, designadamente exames complementares, estavam perspetivados quarenta e quatro mil setecentos e setenta e cinco euros para o próximo ano.-----

----- Outras despesas com saúde, estavam relacionadas com acidentes em serviço, previstas quer no orçamento de pessoal, quer em GOP, de noventa e dois mil e cem euros, para o próximo ano a subir um pouco, porque este ano os custos com acidentes de trabalho já estavam, ao momento, um pouco superiores àqueles que houve no ano passado, ou seja, despesas pagas com instituições de saúde, no ano passado o valor foi de oitenta e seis mil euros no total e segundo dados a trinta e um de agosto do ano em curso, passou a um total de quarenta e três mil e oitocentos euros. -----

----- Despesa de saúde pagas diretamente a trabalhadores, no ano de dois mil e treze foi de catorze mil euros e segundo dados a trinta e um de agosto do corrente ano, treze mil euros. -----

----- Encargos com remunerações dos trabalhadores sinistrados que não significava produtividade, uma vez que estavam ausentes, em dois mil e treze foram duzentos e quarenta e dois mil duzentos e sessenta e um euros e em dois mil e catorze, cento e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e um euros, sendo que a importância era para controlar o mais possível este tipo de indicador.-----

----- De seguida, passou aos indicadores de formação profissional, bem como os seus

custos para o próximo ano, com um número de ações de formação em dois mil e doze, cento e cinquenta e seis, em dois mil e treze, cento e vinte e sete e a estimativa até ao final de dois mil e catorze, cento e trinta e duas.-----

-----Número de formandos participantes, em dois mil e doze, mil cento e oitenta e seis, em dois mil e treze, mil e oitenta e um e em dois mil e catorze, mil e doze.-----

-----Número de horas frequentadas cresceram vertiginosamente, em dois mil e doze foram dezoito mil duzentas e oitenta e nove, em dois mil e treze, dezasseis mil setecentas e treze e em dois mil e catorze, perspetivava-se que no final do ano se completasse um total de vinte e cinco mil duzentas e oitenta e oito horas. -----

-----As carreiras de maior impacto na área da formação eram as carreiras de assistente operacional, com segundo o mapa com um total de seis mil duzentas e cinquenta e sete horas e a carreira técnica superior com um total de seis mil cento e quarenta e nove horas.-----

-----Em termos qualitativos a área de maior relevância foi a área temática/técnica.-----

-----Na área operacional, na certificação profissional, sobretudo motoristas e proteção ambiental e na carreira técnica superior, nas áreas temáticas, sobretudo línguas e literaturas inglesas nos cursos de inglês e arquitetura e urbanismo.-----

-----Transmitiu ainda um outro dado que lhe parecia importante e também para que se tivesse a ideia daquilo que poderia ser a forma evolutiva a atividade formativa do Município de Oeiras, esclarecendo que esta se dividia em atividade formativa gratuita e onerosa.-----

-----A gratuita desceu do ponto de vista da representatividade, o que era estranho quando se percebia que em dois mil e nove contou com um orçamento de duzentos e dezoito mil euros e em dois e catorze havia um saldo no valor de sessenta e dois mil setecentos e quarenta euros, podendo concluir que o número de horas estava a crescer.-----

-----O número de horas este ano cresceu substancialmente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com os centros de emprego uma parceria muito grande, no que dizia

respeito à atividade formativa do Município. -----

----- O plano de formação, sobretudo o do corrente ano, foi construído numa lógica de aproveitar aquilo que eram as unidades de formação de curta duração do IEFP, que foi elaborada e construída do ponto de vista daquilo que era o seu programa, para que fosse atribuída uma certa qualificação do décimo segundo ano. -----

----- Aproveitando alguns daqueles módulos, podia-se elevar as competências dos trabalhadores, porque eram adaptados às necessidades da Câmara na área formativa, sendo certo que ao longo do ano já houve dez cursos que foram declinados por serem cursos financiados por fundos comunitários, tendo já sido informada que esses cursos foram cortados, o que levava a que não se pudesse recorrer aos mesmos. Portanto, financiados pelo Município seriam oito mil cento e cinquenta e oito horas e gratuito seriam dezassete mil cento e trinta horas e era esta a atividade formativa do Município, os recursos disponíveis e a atividade que era exercida com os recursos disponíveis. -----

----- Acrescentou ainda, que o financiamento disponível no início do ano da formação, era de cento e vinte e nove mil euros, comprometida que foi uma grande parte ficou-se com um saldo de sessenta e dois mil euros e para dois mil e quinze houve um decréscimo de cento e três mil euros e desse valor trinta e cinco mil, provavelmente, também já estavam comprometidos, ficando-se também com um valor aproximado dos sessenta e dois mil do ano passado. -----

----- Caso não se consiga manter a relação favorável que vinha sendo mantida com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, conseguir-se-á no máximo atingir dez mil horas em termos de formação, porque o custo de hora de formação interna era cerca de seis euros. -----

----- Atualmente faziam-se dezassete mil cento e trinta horas de formação a fundo perdido com a parceria do Instituto de Emprego, caso se perca essa parceria, sendo certo que já declinaram este ano dez cursos, avisando que estavam a reportar financiamento para esses cursos.

----- Do ponto de vista daquilo que era a estratégia da Divisão de Recursos Humanos, no

que estava relacionado com a atividade formativa do Município, duas grandes vertentes irão ser começadas a ser exploradas. Uma delas “elearning” com um projeto-piloto que irá ser lançado no início do ano e a perspetiva de se conseguir uma formação mais massificada, sempre que for possível do ponto de vista de conteúdos.-----

-----Uma outra perspetiva será os formadores internos, tendo-se começado já este ano a formar um número significativo de trabalhadores, começando-se cada vez mais a recorrer a formadores internos para prestar formação a colegas seus, para além de que isso também irá ajudar na questão do equilíbrio, se se vier a perder aquela parceria.-----

-----Referiu ainda que, perante a lei, a Câmara era obrigada, embora não o cumprisse e no País a grande maioria também não, que a cada trabalhador dever-se-ia dar trinta e cinco horas de formação, o que daria sessenta mil horas de formação, no entanto, era uma situação que pretendia ver melhorada.-----

-----Proposta de Lei de Orçamento de Estado para dois mil e quinze, que prevê a possibilidade de recrutamento de um município para o outro, o que perspetivou aquando da elaboração da proposta de orçamento para o próximo ano, foi que de tudo quanto se falava, à partida, poder-se-ia fazer reposição de trabalhadores, ou seja, os trabalhadores que saírem a partir de janeiro do próximo ano, poderiam ser repostos, ficando estupefacta quando ontem ao meio dia saiu a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para o próximo ano e no caso de Oeiras, que era um Município com equilíbrio financeiro, pareceu-lhe, numa primeira análise, que não havia limitações ao recrutamento, mas chegou à conclusão que ela existia e que passava por um novo limite, que era determinado para as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços com pessoas singulares.-----

-----Relativamente àquilo que eram essas limitações, podia-se ir até trinta e cinco por cento da média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, limite esse que era na ordem dos trinta e seis milhões novecentos e cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e cinco



Câmara Municipal
de Oeiras

euros, recordando que o orçamento da Câmara estava nos trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros. -----

----- No exercício de dois mil e catorze a Câmara esteve abaixo desse limite e o Orçamento de Estado dizia que para quem estava abaixo desse limite no exercício anterior, no ano de dois mil e quinze só podia crescer na margem entre o limite e no que tinha no ano passado mais vinte por cento, o que queria dizer que o Orçamento para o próximo ano, só poderia crescer nesse valor em termos absolutos, ou seja, seiscentos e cinquenta e oito euros trezentos e trinta e quatro ponto oitenta e dois. -----

----- De alguma forma o orçamento podia estar insuficientemente dotado de acordo com algumas decisões que o Executivo podia adotar, acrescentando que nos seiscentos e cinquenta e oito mil não entravam para efeitos do seu cálculo, aquilo que eram os acréscimos de despesa com pessoal que resultassem de disposições legais, ou judiciais, como seja o aumento da remuneração mensal garantida, que era uma disposição legal, a reversão, ou reposição dos vinte por cento das reduções remuneratórias, que também era uma disposição legal, não contando também para além dessas disposições, a delegação de competências da Administração Central na Local, como seja, os trabalhadores na área da Ação Educativa, não contando também a partir do próximo ano para efeitos do cômputo das GOP na redução de despesa com pessoal, a integração de trabalhadores que resultassem da extinção de empresas do setor empresarial local, excluindo aquele valor todas estas particularidades. -----

----- Essa integração teria que ser vista com constrangimentos e eram integrados como sendo de interesse público, os trabalhadores não tinham vinculação à administração pública e, assim sendo, abria-se concurso no máximo por um ano e ter-se-ia que respeitar aquilo que era os regimes de prioridade, porque poderiam aparecer outros trabalhadores com vínculo à administração pública que ficassem com os postos de trabalho e que passassem à frente, daí não serem notícias muito felizes. -----

-----Uma outra nota importante foi que, até ao momento, do ponto de vista daquilo que eram as coimas aplicadas na hipótese do não cumprimento do plano de redução de efetivos, a norma era muito clara, porque em caso de incumprimento verificar-se-á uma redução de transferências da Lei do Orçamento de Estado e de participações no IRS, no montante equivalente ao excesso, até ao máximo de vinte por cento do total das transferências implicadas.

----- A terminar, o **Senhor Presidente** agradeceu a apresentação efetuada pela doutora Maria Emilia e doutora Rosa Lopes e restantes técnicos.-----

-----II - Esta proposta, por decisão do Senhor Presidente que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

4 - PROPOSTA Nº 739/14 - SIMAS - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GOP E ORÇAMENTO PARA 2015 DOS SIMAS: -----

-----I - O **doutor Luís Lopes** iniciou a sua intervenção dizendo que o Orçamento a nível da receita estava definido e enquadrado pelas regras que estavam estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, mas também pela entidade reguladora ERSAR. -----

-----Existiam dois ou três valores que faltava acertar, mas isso será objeto de informação posterior. -----

-----O Orçamento era de quarenta e seis milhões trezentos e sessenta e seis mil e oitocentos euros, tinha uma diminuição de onze vírgula doze por cento. -----

-----A nível da receita era basicamente a receita corrente, porque os valores inscritos em Orçamento eram respeitantes ao projeto POVT - Eixo Dois e ao protocolo com a SIMTEJO. -----

-----Em relação às grandes rubricas da receita elas centravam-se fundamentalmente em três: -----

----- a água - vinte e um milhões e quinhentos mil euros; -----

----- cota de disponibilidade de água - dez milhões e oitocentos mil euros; -----

----- cota de disponibilidade de saneamento - nove milhões oitocentos cinquenta mil

euros.-----

----- Estas três rubricas somavam quarenta e seis milhões trezentos e sessenta e seis mil e oitocentos euros e da despesa somavam quarenta e dois milhões e cem mil euros, que eram oitenta e um vírgula três por cento.-----

----- Em relação à despesa, trinta e sete milhões duzentos e quarenta mil euros, na despesa corrente, que equivale a oitenta por cento do orçamento, vinte por cento para as despesas de capital, nove milhões cento e vinte e seis mil euros, qualquer uma delas tinha uma quebra, na primeira de onze vírgula cinco por cento e na segunda de nove vírgula quarenta e oito por cento.-

----- Em relação à despesa corrente o mais relevante era a despesa com o pessoal, que diminuiu um vírgula dezasseis por cento, porque neste momento eram à volta de quatrocentos funcionários, em dois mil e treze saíram vinte funcionários por aposentação, em dois mil e catorze saíram trinta funcionários, ao todo nos dois anos saíram cinquenta funcionários, o que equivalia a doze vírgula cinco por cento.-----

----- Estava prevista a criação de quinze novos postos de trabalho, o que significava que era três vírgula cinco por cento, mas ainda estavam dentro de uma margem confortável de cinco por cento a menos.-----

----- Em relação às despesas de capital total das construções diversas sete milhões, que era grande parte do orçamento de capital, que também tinha uma diminuição de onze vírgula seis por cento.-----

----- Na situação do pessoal existia um conjunto de dados, ou seja, remunerações certas e permanentes, abonos variáveis, segurança social, que tinha um acréscimo por virtude do aumento da segurança social-entidade patronal, existia um aumento de vinte e dois vírgula cinco por cento.-----

----- O pessoal do quadro tinha praticamente o mesmo montante, pessoal contratado a tempo, que diminuiu, porque tinha uma quebra significativa de vinte e quatro por cento, pessoal

aguardando aposentação, despesas de representação, subsídios de férias e de natal. -----

-----As horas extraordinárias também diminuíram, ajudas de custo, encargos com a saúde, devido às políticas que tinham sido seguidas, tinham uma diminuição de vinte sete por cento. ----

-----Aquisição de bens tinha um aumento de cinco por cento que tinha a ver com a água com treze milhões trezentos e trinta e oito mil euros. As variações podiam em termos percentuais ter algum significado, mas em termos absolutos não tinha muita expressão. Os encargos com as instalações tinham a ver com a eletricidade e as comunicações com um milhão seiscentos e oitenta mil euros. Tinham um valor de quinze por cento a mais, porque havia uma obrigatoriedade, ou seja tudo aquilo que era comunicado ao cliente tinha que ser através de carta registada e, portanto, existia um aumento de duzentos mil euros. -----

-----Diminuíram as deslocações e estadas, os seminários, exposições e outros trabalhos especializados, pareceres, projetos e consultadoria, mas também não era significativo em termos absolutos.-----

-----Os serviços de saúde também tinham uma diminuição, porque os SIMAS iam instalar o posto médico dentro do edifício. -----

-----Encaixe de cobrança de receitas tinha a ver com o programa informático que permitia fazer a faturação. -----

-----A SIMTejo e a SANEST, praticamente tinham desaparecido porque passavam para outro lado. O último mês de faturação era de janeiro. Na realidade, este ano, excepcionalmente, eram onze meses, porque dizia respeito ao mês de dezembro e tanto a nível da receita como a nível da despesa ainda era SIMAS. -----

-----Diversos de água, era significativa a quebra de setenta e nove por cento nas outras restituições. As outras restituições era um sistema, que tanto estava do lado da receita como do lado da despesa e era um bocado absurdo. Neste momento foi resolvido em termos informáticos, porque quando havia uma devolução era obrigatório entrar pelo lado da receita, mas depois pelo

lado da saída, e, por isso, não havia encontro de contas a nível orçamental, mas passou a haver, sendo evidente que havia encontro de contas para o cliente. -----

----- Em dois mil e catorze o montante do orçamento que tinha quinhentos mil, praticamente não tinha expressão, já na execução de dois mil e catorze também tinha diminuído bastante. -----

----- A distribuição das rubricas na despesa de pessoal era vinte um por cento, aquisição de bens trinta e dois por cento. -----

----- Despesa de capital, construções diversas dezasseis por cento e aquisição de bens de capital três por cento. Nas despesas de capital a grande parcela eram as construções diversas, aquisições de bens de capital um milhão e quinhentos mil euros. -----

----- Os sete milhões eram oitenta e dois por cento do valor da despesa de capital e também diminuiu na totalidade nove vírgula cinco por cento. -----

----- Instalações, sistema de drenagem de águas residuais, captação e distribuição de água, tinha uma diminuição e tinha um aumento no sistema de drenagem de águas residuais em termos técnicos, que tinha a ver com a necessidade de remodelação das redes de águas residuais que era mais premente, porque a rede de água estava mais nova. -----

----- Nos edifícios os aumentos vinham de obras que era necessário fazer, tanto a nível da sede, como a nível do edifício de Porto Salvo. -----

----- O restante das despesas de capital tinham diminuições significativas vinte e cinco por cento, setenta por cento, trinta por cento, o equipamento administrativo era cento e cinquenta por cento. -----

----- O equipamento básico tinha a ver com a necessidade de aquisição e instalação de contadores durante os próximos cinco anos, além da necessidade eram instruções específicas da entidade reguladora, porque os contadores não podiam ter determinado número de anos. -----

----- A distribuição das rubricas na despesa de capital era de dez por cento, quarenta e seis

por cento, vinte e sete por cento, três por cento, dez por cento no tal equipamento básico e a apresentação do orçamento estava concluída. -----

----- Nesta altura entrou na sala o **Senhor Vice-Presidente**. -----

----- O **Senhor Presidente** questionou qual era a situação do património dos SIMAS, dando como exemplo, a quem pertencia o edifício sede dos SIMAS, respondendo o **doutor Luís Lopes** que como era evidente, todo o património era da Câmara, não era do SIMAS, embora estivesse registado no imobilizado e que o levantamento do património estava a ser feito, o património era imenso e demorava tempo a fazer, acrescentando que até o património enterrado.

----- Continuando explicou que na altura da constituição do SIMAS, em termos de balanço, o que estava nos SMAS passou para os SIMAS. -----

----- Perante uma questão do **Senhor Vereador Marcos Sá** explicou o **doutor Luís Lopes** que na realidade aumentava cinco vírgula cinco por cento, mas em relação ao orçamento inicial, porque se o valor for feito em relação à execução, após revisão, ele não aumentava tanto.

----- O valor doze milhões seiscentos e quarenta mil euros, na realidade passava para treze milhões trezentos e trinta e oito mil euros e aumentava cinco vírgula cinco por cento, mas não tendo o valor que estava neste momento em orçamento. -----

----- Quando se fazia o orçamento para o ano seguinte não tinham apenas em atenção o orçamento, porque a execução previsional de dois mil e catorze era superior, o que não podia ser, porque a despesa não podia ultrapassar os cem por cento, porque senão seria ilegal. -----

----- Se fossem à execução previsional esses doze milhões oitocentos e oitenta e nove teriam que lá estar e estava. Mas ainda estavam apenas em outubro. -----

----- Quanto à cota de disponibilidade de água não era só isso, mas também era cento e um por cento. -----

----- Havia uma situação dupla, primeiro era uma perspetiva de aumento de recuperação de dívidas e o orçamento tinha sido feito nessa base e em relação ao tarifário estava de acordo

com as regras da ERSAR com três exceções:

----- Uma tinha a ver com a cota de disponibilidade de saneamento e outra tinha a ver com dois itens do tarifário da água e um item da cota de disponibilidade de saneamento estava ligeiramente diferente das regras da ERSAR e se ela fosse exigente diriam que tinham que entrar dentro dos parâmetros.

----- O **Senhor Vereador Marcos Sá** perguntou se era para subir ou para descer, respondendo o **doutor Luís Lopes** que um era para subir, outro para descer. O que era para subir era o primeiro escalão da cota de disponibilidade, porque era o que tinha um maior número de clientes.

----- O orçamento da receita tinha sido feito com os valores que determinava a ERSAR que significava objetivamente que teria que ser feito esse acerto.

----- O **Senhor Vereador Marcos Sá** perguntou se a quotas de disponibilidade em todos os Municípios tinham que estar em linha, já que eram determinadas pela ERSAR, respondendo o **doutor Luís Lopes** que no SIMAS de Oeiras e Amadora era assim, desconhecia o que acontecia com os outros Serviços Municipalizados.

----- A ERSAR a partir da determinação que passou a ter obrigatoriedade de Lei, a partir de junho do corrente ano, determinava que havia um conjunto de regras que dizia que o primeiro escalão da cota de disponibilidade do saneamento tinha que estar entre do valor “X” e “Y” e os outros escalões estavam indexados ao primeiro escalão de acordo com o valor “K”, porque todos os anos na altura da elaboração do orçamento a ERSAR solicitava custos, proveitos, tarifários, divididos entre água, saneamento, resíduos sólidos urbanos.

----- No presente ano, especificamente, ainda iria admitir as diferenças que poderiam existir nos serviços em relação a isso, porque permitia um período de transição.

----- A **Senhora Vereadora Madalena Castro** indagou se iria haver distribuição de dividendos para o próximo ano, respondendo o **doutor Luís Lopes** que não haveria distribuição

de dividendos, porque o orçamento de diferença para os Serviços eram cinquenta euros, porque apenas na altura da revisão orçamental é que se podia transferir ou não, porque dependia do saldo de conta de gerência.-----

-----II - Esta proposta, por decisão do Senhor Presidente que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

5 - MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA: -----

-----Sob proposta verbal do **Senhor Presidente**, a Câmara deliberou, por unanimidade, marcar uma reunião extraordinária pra o próximo dia vinte e quatro de outubro, pelas dezoito horas, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- - Proposta de deliberação número setecentos e trinta e sete, de dois mil e catorze - DAGF - Discussão e aprovação das GOP e Orçamento para dois mil e quinze; -----

----- - Proposta de deliberação número setecentos e trinta e nove, de dois mil e catorze - SIMAS - Discussão e aprovação das GOP e Orçamento para dois mil e quinze, dos SIMAS:-----

-----Mais foi deliberado considerar desde já convocar os Senhores Vereadores, bem como proceder à elaboração do respetivo Edital.-----

6 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

-----Às treze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

A Chefe de Divisão,